

# A agenda antifeminista da extrema-direita latino-americana



Dossiê nº 98  
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
Março de 2026

As obras que acompanham este dossiê são ilustrações ou fragmentos de quadrinhos mais extensos. Instantâneas de cenas de luta, cuidados, trabalho invisível, militância e “colocar o corpo”. Xs autorxs são mulheres e integrantes da comunidade LGBTIQ+, que buscam defender e contar suas próprias narrativas diante dos múltiplos braços da agenda das ultradireitas na região.

A seleção foi realizada em colaboração com o **Feminismo Gráfico**, um coletivo dedicado a coletar, recuperar e exibir o trabalho de autoras de quadrinhos e humoristas gráficas argentinas do início do século XX até os dias atuais. O Feminismo Gráfico constrói uma genealogia crítica da linguagem dos quadrinhos a partir de uma perspectiva feminista, desafiando significados estabelecidos dentro de uma linguagem popular historicamente desvalorizada e dando destaque às experiências de mulheres e pessoas não binárias. O acervo pode ser acessado em: [feminismografico.com](http://feminismografico.com).

---

**CAPA**

Dani Ruggeri (Argentina), *No te metas [Não se meta]*, 2026.

# **A agenda antifeminista da extrema-direita latino-americana**



Dossiê nº 98 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
Março de 2026



Dani Ruggeri (Argentina), *Colectivo [Coletivo]*, 2026.

## Introdução

Desde 2016, manifestações de mulheres vestidas de rosa e homens de azul — como forma de marcar os papéis sociais tradicionais de gênero — percorrem a América Latina, trazendo a rejeição à diversidade sexual e de gênero como estandarte. Elas têm sido acompanhadas de uma forte presença nas redes sociais, com *hashtags* como #NoALaIdeologiaDeGenero, #ConMisHijosNoTeMetas, #AMisHijosLosEducoYo e #ConLosNiñosNo.

Essas investidas, que têm sua origem na década de 1970 nos Estados Unidos e reemergem no século XXI, fazem parte de uma onda anti-gênero e antifeminista amparada pelo fundamentalismo religioso cristão. Tal onda incluiu países católicos da Europa Ocidental, como Espanha e Itália; da Europa Oriental, como Croácia, Hungria, Polônia e Eslovênia; e chegou também à Austrália e à África Subsaariana. Nesta última, onde mais da metade dos Estados criminaliza as diversidades de sexo e gênero, campanhas de sabotagem à educação sexual integral, restrição ao acesso a anticoncepcionais e obstrução do aborto seguro estão presentes em muitos países (Chela, 2023; Corrêa, 2018).

Em paralelo à irrupção dessa nova onda conservadora, a América Latina viveu um intenso ciclo de mobilização social feminista de caráter internacional (2015-2019), que além de questionar o avanço do neoliberalismo sobre corpos e territórios e esse “novo” discurso antidireitos, tensionou, ampliou e muitas vezes transbordou os marcos estatais e as agendas dos governos progressistas da região.

A extrema direita atual é transnacional e ganhou força em todo o mundo, das Filipinas à Hungria, passando pela Índia e Argentina. Neste dossiê, abordamos como, na América Latina, seus tentáculos se entrelaçam aos de organizações ultraconservadoras globais, regionais e locais, tanto religiosas quanto seculares, para promover uma agenda contra os direitos das mulheres e das diversidades sexo-genéricas. A campanha “Con Mis Hijos No Te Metas” (CMHNTM), com presença em quase toda a região, serve-nos como eixo principal para analisar como essa agenda ultraconservadora incide em diferentes países. Descrevemos essa agenda com mais detalhes na seção três.

Analisamos seis países da América Latina, procurando abordar diversos tipos de implementação da CMHNTM no período de 2016 a 2025. Incluímos o Peru, onde a campanha foi criada; o Equador, para onde foi exportada primeiro e começou a operar durante um governo progressista na economia e na política; a Argentina, com o movimento feminista mais forte da região e grandes avanços legais e institucionais em direitos das mulheres e diversidades; o Chile, onde o enorme levante popular de 2019 não conseguiu consolidar muitos avanços para o conjunto da população, embora o movimento feminista tenha obtido conquistas pontuais; e El Salvador, um dos países mais conservadores em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Este último compartilha com o Brasil — que também analisamos — um fundamentalismo evangélico muito forte e o fato de que, embora a campanha CMHNTM praticamente não tenha operado formalmente, outros dispositivos e campanhas similares o fizeram.



# 1. A questão das mulheres na América Latina: entre a transição democrática e a consolidação neoliberal

A agenda das mulheres na América Latina emergiu entre as décadas de 1970 e 1980 como parte das lutas contra as ditaduras, as desigualdades estruturais e o neoliberalismo. Articulou demandas sobre violência de gênero, direitos reprodutivos, reconhecimento do trabalho de cuidado e participação política, mantendo interlocução com a agenda internacional da ONU e diálogos — por vezes tensos — com movimentos sindicais, camponeses e de direitos humanos. Embora tenha se institucionalizado parcialmente nas décadas de 1980 e 1990 por meio de organismos estatais e políticas de gênero, essa agenda desenvolveu-se em contradição com a hegemonia neoliberal. Este modelo impôs ajustes estruturais, a desvalorização do Estado como promotor do bem-estar e a exaltação do mercado como esfera organizadora da vida social — mudanças que afetaram desproporcionalmente as mulheres, especialmente as pobres e racializadas (Anzorena, 2013).

As políticas de austeridade e a redução do financiamento do bem-estar social reforçaram a transferência dos custos da reprodução da vida para os lares (Safa, 1992). O resultado foi a intensificação da exploração invisível do trabalho doméstico e de cuidados, realizado majoritariamente por mulheres<sup>1</sup>, configurando o que Nancy Fraser

---

1 As mulheres dedicam entre 12% e 24% de seu tempo ao trabalho de cuidado não remunerado; entre os homens, essa proporção varia de 3% a 12% (Cepal, 2024). O trabalho de cuidado não remunerado na região é estimado entre 15,9% e 25,3% do PIB, sendo que aproximadamente 75% dessa contribuição econômica provém das mulheres (Cepal/ONU Mulheres, 2021).

(2023) denomina “crise do cuidado”: a crescente demanda por assistência em condições sociais e institucionais cada vez mais deterioradas. Essa sobrecarga funciona como um mecanismo funcional ao capital, garantindo a reprodução cotidiana da força de trabalho sem custo direto para o Estado ou para o empregador (Vogel, 2022; Federici, 2019), aprofundando os mecanismos de exploração orientados à acumulação.

Em paralelo a esse processo, a flexibilização, a precariedade, a ampliação da informalidade e o aumento do trabalho autônomo inerentes ao neoliberalismo atingiram as mulheres com maior intensidade, uma vez que a ausência de apoio estatal limita tanto suas condições de acesso aos mercados de trabalho<sup>2</sup> quanto a permanência em empregos estáveis. Na América Latina e no Caribe, as mulheres inserem-se principalmente em setores de baixa remuneração e alta rotatividade, sem garantias, enquanto seguem realizando o trabalho doméstico e de cuidado de forma invisível e não remunerada (Safa, 1992). Em 2023, 26% das mulheres não possuíam qualquer tipo de renda própria, em contraste com apenas 10% dos homens (Cepal, 2024).

Nesse cenário, em que o lar se tornou um amortecedor das crises, discursos sobre “valores familiares”, “resiliência” e “responsabilidade individual” legitimaram o retrocesso do Estado e naturalizaram a expectativa de que as famílias absorvam sozinhas as consequências do desemprego e da precariedade (Biroli, 2014).

---

2 Embora as mulheres possuam níveis educacionais semelhantes ou superiores aos dos homens (CEPALSTAT, 2025), sua participação no mercado de trabalho (51,6%) permanece muito inferior à masculina (76,9%) (Cepal, 2024).

A reconfiguração do papel do Estado neoliberal implicou também a reorganização das relações sociais em torno de iniciativas da sociedade civil e comunidades auto-organizadas. Junto aos lares, os processos sociocomunitários absorveram parte das tarefas reprodutivas, o que resultou em uma ampliação do conceito de “doméstico” para além do lar e na expansão da feminização da reprodução comunitária da vida (Bascuas & Barón, 2025).

Essas narrativas sobre a retração do Estado seguiram trajetórias não lineares. Por um lado, articularam-se à ideia do “empreendedorismo feminino” como símbolo de autonomia, mascarando desigualdades estruturais. Por outro, a politização das mulheres de bairros populares e a construção de estratégias coletivas autogestionadas frente à crise criaram um campo de disputa e confronto com o neoliberalismo (Andújar, 2005). Como mostram Fraser (2023) e Hirata & Kergoat (2007), essa retórica deslocou o debate para o plano do esforço individual, ocultando as condições materiais da exploração; contudo, também encontrou seu próprio transbordamento na prática comunitária das mulheres voltada à sobrevivência e reprodução da vida.

## **A ampliação de direitos após a crise neoliberal**

Desde a primeira década do século XXI, experimentou-se um declínio da legitimidade neoliberal, impulsionado por processos de mobilização que deram origem a um ciclo de impugnação ao modelo (Ouviña & Thwaites Rey, 2019) — com maior impacto entre os anos

2000 e 2013 — e à ascensão de governos progressistas amparados por movimentos sociais organizados (Gago 2019; Ouviaña, 2022).

Durante o auge desses governos (2000-2015), o Estado ampliou o reconhecimento institucional dos direitos das mulheres e das diversidades sexo-genéricas. Foram criados ministérios especializados, leis contra a violência de gênero, reformas previdenciárias redistributivas, programas de saúde reprodutiva e educação sexual integral. Em alguns casos, avançou-se no reconhecimento de identidades de gênero e casamento igualitário; em outros, como o argentino, instituiu-se a cota de trabalho trans.<sup>3</sup> Tais políticas sustentaram-se em marcos internacionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês), a Convenção de Belém do Pará e o processo Beijing+10, em diálogo com a agenda global feminista que ganhou força na região.

Apesar dos avanços do ciclo progressista latino-americano, a igualdade de gênero enfrentou obstáculos persistentes: enfoques assistencialistas, informalidade laboral, financiamento insuficiente e bloqueios de alianças conservadoras e religiosas. A lacuna entre a ampliação formal de programas e seu impacto restrito evidencia que os poderes econômicos e patriarcais limitaram o alcance estatal. Os dados de 2023 confirmam o desafio: apenas 35,8% de representação

---

3 Devido à discriminação, há pouca informação agregada sobre a população de diversidade de sexo e gênero na região. Sabe-se, porém, que a América Latina e o Caribe detêm o recorde de assassinatos de pessoas trans, com 73% dos casos mundiais reportados em 2024 (93% contra pessoas racializadas). Pelo 17º ano consecutivo, o Brasil lidera essa classificação, com 30% do total de casos (Trans Murder Monitoring, 2025).

feminina nos parlamentos e 3.897 feminicídios na região (Cepal, 2024).

## **As revoltas feministas contra o neoliberalismo**

Por volta de meados da década de 2010, o esgotamento do ciclo progressista abriu uma nova etapa de reconfiguração política. As limitações estruturais dos projetos pós-neoliberais – dependência de rendas extrativas, persistência de regimes fiscais regressivos e dificuldade para transformar as bases produtivas – enfraqueceram sua capacidade redistributiva e sua legitimidade social. Esse processo foi acompanhado por uma ofensiva neoliberal renovada, voltada a restaurar o poder do capital financeiro e reinstalar a lógica de mercado como princípio organizador da vida social.

Desde o final da primeira década do século, e com maior força na seguinte, feminismos populares, comunitários e sindicais — junto aos movimentos pela diversidade sexual e os direitos reprodutivos — protagonizaram uma renovação do repertório político. Articularam lutas contra a violência machista, a precarização do trabalho, o racismo e o extrativismo. Mobilizações massivas pelo direito ao aborto e as greves feministas internacionais tornaram visível a conexão indissociável entre a exploração do trabalho das mulheres e as violências estruturais do capitalismo e do patriarcado.



Valeria Reynoso (Argentina), trecho do fanzine *Se vos*, Editora Bocca al Lupo, 2017.

A frase é uma citação direta de Lohana Berkins: "Em um mundo de vermes capitalistas, é preciso ter coragem para ser uma borboleta". Lohana foi uma líder transgênero na Argentina, fundadora da ATTA (Associação de Travestis, Transexuais e Pessoas Transgênero da Argentina) e uma das principais figuras por trás da Lei de Identidade de Gênero (Lei 26.743).

## 2. A extrema direita atual e seu pânico moral

Na última década, uma onda de terror assola a América Latina. Os corpos das mulheres e das pessoas das diversidades sexo-genéricas — especialmente se forem pobres e/ou racializadas — têm sido alvos fundamentais de discursos de ódio e práticas violentas. Com o avanço do neoliberalismo e a crise das direitas tradicionais, incapazes de responder às insatisfações das classes trabalhadoras do continente (Katz, 2024), surge uma nova face da direita que captou corações e mentes. A extrema direita atual, aliada aos fundamentalismos cristãos, chegou aos lares da classe trabalhadora, mesmo aos mais empobrecidos, por meio de um discurso didático centrado na defesa da família e na construção de um inimigo: tudo o que não se enquadra na heteronormatividade é visto como uma força do mal que deve ser combatida para garantir a prosperidade do único modelo considerado válido: marido, mulher e filhos.

Há precedentes regionais no uso da família tradicional para disciplinar corpos, fragmentar setores populares e construir “inimigos internos” que desviem a atenção das causas estruturais da desigualdade. O integralismo católico das décadas de 1920 e 1930, especialmente presente na Argentina e no Brasil, defendia a religião católica como guia do Estado contra o divórcio, o aborto e a eutanásia. Na década de 1960, enquanto a Teologia da Libertação envolvia fiéis na luta por justiça social e de gênero, surgiam movimentos ultraconservadores como a Tradição, Família e Propriedade (TFP, 1960) e o Sodalício de Vida Cristã (1971), que promoviam famílias e papéis de gênero tradicionais. Posteriormente, as ditaduras militares das décadas de

1970 e 1980 baseavam-se na doutrina de segurança nacional estadunidense, que utilizou a moralidade tradicional e os valores católicos como base para o controle social, a imposição da ordem e a justificativa da repressão contra o inimigo identificado historicamente com o comunismo. Nessa lógica, a estabilidade familiar era sinônimo de estabilidade nacional.

A agenda atual contra os direitos das mulheres e diversidades faz parte da batalha de ideias empreendida pela extrema direita em sua reorganização pós-governos progressistas, visando legitimar a exploração imposta pelo hiperimperialismo diante da crise do capitalismo. Essa ofensiva é liderada por organizações religiosas e seculares, ONGs, partidos e grupos empresariais. O fundamento ideológico de suas propostas provém de duas fontes principais: a Igreja Católica, que sistematizou o conceito de “ideologia de gênero”, e os fundamentalismos cristãos, especialmente os neopentecostais.

## A “ideologia de gênero”

A elaboração teológica da Igreja Católica, que busca transformar o gênero — um conceito analítico — em uma ofuscação da realidade denominada “ideologia”, articulou-se na década de 1990. A abordagem parte da ideia do Vaticano de “complementaridade perfeita” entre dois sexos que seriam, por natureza, exclusivamente homem e mulher (Bracke & Paternotte, 2018). Sob essa perspectiva, tratar o gênero como uma categoria múltipla, com dimensões sociais, seria romper com a ordem binária natural e atentar contra a sobrevivência

da humanidade. Nessa lógica, os casamentos entre pessoas do mesmo sexo também constituiriam uma ameaça contra a espécie.

Politicamente, o Vaticano operou resistindo à incorporação da categoria gênero nas cúpulas de direitos humanos da ONU na década de 1990. Essa rejeição articulou-se inicialmente em aliança com governos conservadores da América Latina (Honduras, El Salvador e Nicarágua) e, posteriormente, com países de maioria islâmica como Egito, Paquistão, Irã, Argélia, Marrocos e Sudão (Corrêa, 2018).

## Os fundamentalismos cristãos evangélicos

Os fundamentalismos evangélicos do século XXI continuam reativos aos avanços sociais, políticos e científicos, tratando-os como inimigos em uma “guerra do bem contra o mal”, tal como em sua origem no final do século XIX nos Estados Unidos (Instituto Tricontinental, 2022). Contudo, agora avançam contra o corpo das mulheres e diversidades a partir do pânico moral e de estratégias que transcendem o âmbito religioso. Esse fenômeno é sustentado pela Teologia do Domínio, que busca romper o secularismo e ocupar espaços de poder, e pela Teologia da Prosperidade, que reforça o individualismo.

A Teologia do Domínio, desenvolvida por fundamentalistas estadunidenses na década de 1970 (Instituto Tricontinental, 2022), aspira ao estabelecimento de uma teocracia na sociedade contemporânea. Seu propósito é cumprir uma suposta predestinação de cristãos para ocupar postos de liderança — incluindo presidências, ministérios,

parlamentos e tribunais superiores — visando influenciar os assuntos públicos por meio do domínio cristão.<sup>4</sup>

Já a Teologia da Prosperidade baseia-se na ideia de que “ter sucesso na vida” e o acúmulo de bens são símbolos da bênção divina alcançada individualmente. Esse postulado desempenha um papel fundamental na legitimação do neoliberalismo ao “idealizar e consagrar religiosamente as diferenças socioeconômicas entre as pessoas” (Motta & Amat y León, 2018, p. 75).

Ambas as correntes integram as estratégias do imperialismo estadunidense para conter movimentos revolucionários, feminismos e vertentes progressistas dentro das igrejas regionais — especialmente a Teologia da Libertação, que busca a justiça social por meio da ação coletiva (Instituto Tricontinental, 2022; Bermúdez, 2018; Barrera Rivera, 2024).

## A extrema direita atual

A extrema direita contemporânea busca construir uma força social de massas enraizada em identidades majoritárias (religiosas, étnicas e de gênero), demonizando sistematicamente aqueles que define como minorias (Instituto Tricontinental, 2024b). Enquanto aplica políticas de austeridade fiscal, culpa esses grupos pelos efeitos dos

---

4 Por exemplo, a “Doutrina das Sete Montanhas” (ou Colinas), de Cunningham e Bright, afirma a necessidade de conquistar o “Reino de Deus” na Terra a partir da hegemonização de sete esferas da sociedade: 1) família, 2) igreja, 3) educação, 4) mídia, 5) artes e esportes, 6) economia e ciência, 7) governo (Cunningham, 2007).

ajustes estruturais. Assim, o desemprego é atribuído à imigração, e não ao uso de recursos públicos para subsidiar corporações em detrimento da educação ou infraestrutura, dois fatores-chave para a geração de empregos.

Da mesma forma, a extrema direita atribui ao feminismo a desarticulação da família, omitindo os reais desafios impostos pelo cerco capitalista e pelo saque extrativista: o desemprego que gera emigração, os conflitos e a violência que expulsam populações e, cada vez mais, os impactos climáticos e a degradação ecológica produzidos pelo capitalismo industrial.

Além disso, o “comunismo” — termo sob o qual a extrema direita aglutina a esquerda, o progressismo, os movimentos sociais, o feminismo e as dissidências sexuais — é construído como o inimigo que “adoece” a sociedade. Por meio de um discurso belicoso e persecutório, essa vertente conseguiu apropriar-se de conceitos historicamente caros ao campo progressista, como liberdade e democracia, voltando setores populares contra aqueles que efetivamente os defendem na prática.

Este cenário é fruto de volumoso financiamento, trabalho de base e inserção midiática coordenada que povoou a vida das pessoas de forma cotidiana e extremamente articulada. As igrejas neopentecostais estadunidenses, em particular, receberam recursos massivos para se implantar e manter na região, com foco estratégico nos setores populares (Instituto Tricontinental, 2022; Nascimento, 2025).

## TIC, redes sociais e fake news

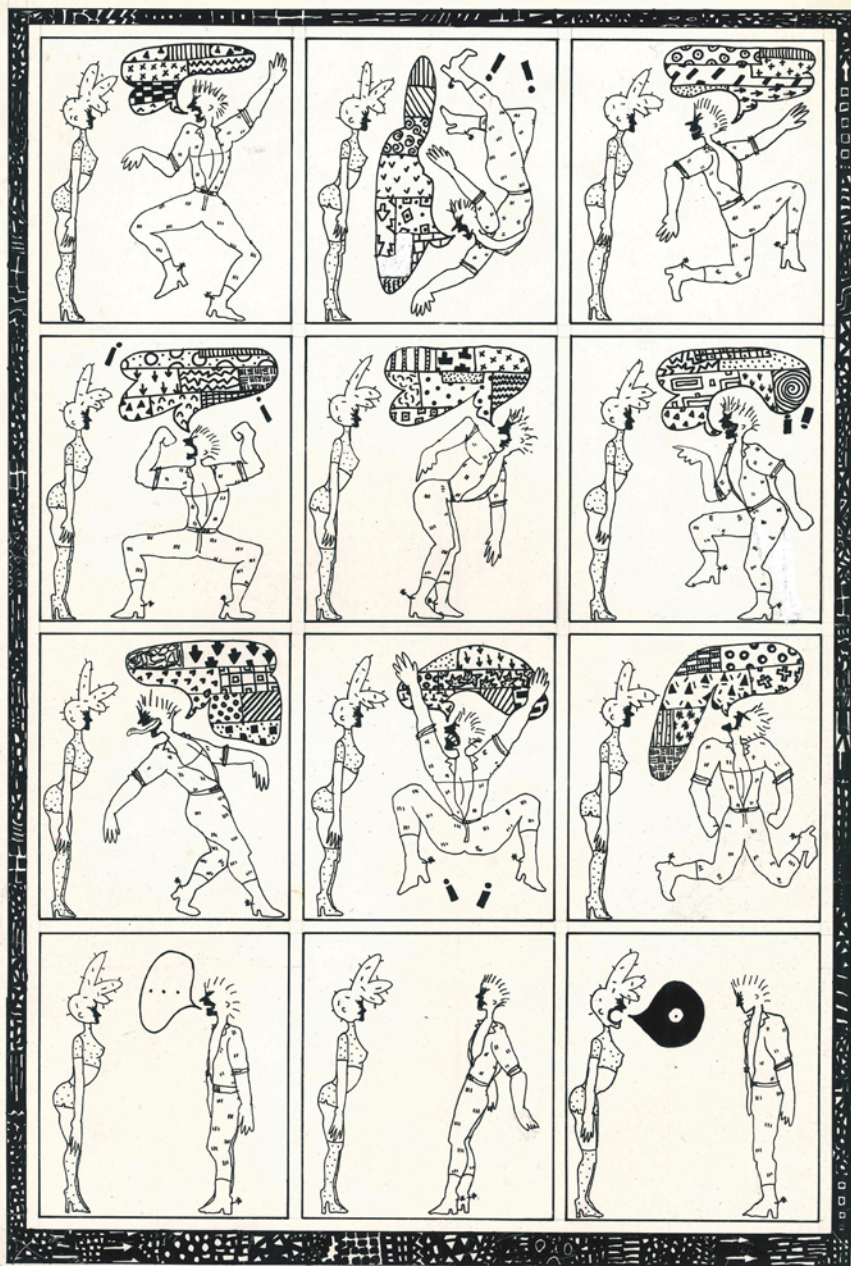
As plataformas digitais, dependentes de métricas de atenção e receitas publicitárias, favorecem conteúdos polêmicos e emocionalmente apelativos — o ambiente ideal para a mobilização de narrativas falsas sobre gênero. Como observa Cunha (2020), a disputa em torno desse tema abrange não apenas a interpretação religiosa, mas a conformação do imaginário social e das políticas públicas, especialmente educacionais. Enquanto isso, contrapesos como a regulação estatal das plataformas e a verificação de dados enfrentam sérias limitações de alcance e disputas sobre autoridade e verdade.

As notícias falsas e a pós-verdade nas redes sociais não são meras mentiras, mas práticas com fins específicos: interferir em decisões públicas, mobilizar afetos e delinear identidades políticas. No amplo espectro da extrema direita atual, grupos cristãos conservadores, especialmente evangélicos,<sup>5</sup> tendem a assimilar e propagar desinformação sobre o alcance e os objetivos das políticas de gênero e da educação sexual integral. O televangelismo — potencializado pelas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), transmissões ao vivo e WhatsApp — facilita a “evangelização da desinformação”,<sup>6</sup> em que líderes e membros comunitários que difundem narrativas sem verificação são percebidos como fontes confiáveis.

---

5 Entre 1995 e 2023, a América Latina viveu uma mudança religiosa significativa: o catolicismo caiu de 80% para 54%, enquanto os evangélicos cresceram de 6% para 23% e as pessoas sem religião subiram de 4% para 19% (Latinobarómetro, 2024).

6 Um estudo no Brasil revelou que cerca de 49% das pessoas evangélicas entrevistadas relataram ter recebido conteúdo falso, e 77,6% afirmaram que tais conteúdos circularam em grupos de WhatsApp relacionados à sua comunidade de fé (Cunha, 2021).



Paula Socolovsky (Argentina), trecho do quadrinho "Os Vingadores de Alicia", por volta de 1988. Esta obra faz parte de uma série criada em razão do feminicídio de Alicia Muñoz, assassinada pelo campeão de boxe Carlos Monzón, e o impacto que este ato teve na artista.

### 3. A campanha "Con Mis Hijos No Te Metas"

*Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM) [Não se meta com meus filhos] é uma campanha ultraconservadora que se expandiu rapidamente pela América Latina por meio de um “uso livre” do *slogan*. Isso permitiu que qualquer grupo contrário à soberania das mulheres sobre seus corpos, à educação sexual integral e aos direitos da diversidade sexo-genérica utilizasse a marca CMHNTM. A campanha funciona como uma rede descentralizada: organiza marchas e plantões, mantém um *lobby* ativo com atores da direita em parlamentos e instituições estatais, e sustenta uma presença massiva nas redes sociais.

Desde o início, somaram-se ao CMHNTM uma multiplicidade de grupos — especialmente igrejas católicas e evangélicas conservadoras — com pautas variadas. Ao mesmo tempo que rejeitam a educação laica e científica sobre direitos reprodutivos, se opõem aos direitos das pessoas das diversidades sexo-genéricas, especialmente ao casamento homoafetivo, rejeitam a interrupção da gravidez, acusam de um suposto “marxismo cultural” os avanços nesses direitos e demonizam o comunismo. Na campanha CMHNTM cabe muito, muito mais do que seus defensores denominam direitos das e dos progenitores de educar sua prole.

O *slogan* #ConMisHijosNoTeMetas foi ouvido pela primeira vez na Colômbia, em agosto de 2016, no contexto de protestos contra “cartilhas de educação sexual que buscavam incluir a perspectiva da igualdade de gênero para, de acordo com a Corte Constitucional,

promover uma educação não discriminatória e respeitosa da identidade e orientação sexual dos estudantes” (Martínez Osorio, 2017). Esses protestos inspiraram-se em movimentos ocorridos no México, meses antes, contra o casamento igualitário.

A campanha, como estrutura organizada, surgiu em Lima, Peru, em novembro de 2016 (Castro, 2019), em resposta a uma reforma do Currículo Nacional de Educação Básica do governo Kuczynski. Amplificado por figuras políticas de direita, tanto seculares quanto religiosas, o *slogan* tornou-se viral nas redes sociais, trasladou-se primeiro para o Equador e, logo em seguida, já operava em pelo menos uma dezena de países da região (Pina, 2017).

O argumento central da campanha para se opor às políticas de igualdade de gênero reside na premissa de que o Estado, ao promover tais conceitos e a Educação Sexual Integral (ESI), busca “doutrinar” as crianças. Segundo essa narrativa, a “ideologia de gênero” negaria a diferença biológica entre homens e mulheres e corromperia a inocência infantil ao tentar converter crianças em homossexuais ou transgêneros — termos entendidos por esses grupos como “anormalidades” ou “aberrações”.

Essa retórica, amparada em desinformação e mensagens alarmistas via redes sociais, ressoa profundamente em setores tradicionais. Os argumentos baseiam-se em um determinismo biológico que naturaliza diferenças e patologiza a diversidade, considerada “antinatural” (Motta & Amat y León, 2018, p. 100; p. 119-120). Além disso, o movimento rejeita a secularização do Estado, exigindo que este não intervenha na regulação da vida privada ou na educação. Quanto a

esta última, promovem a privatização, o desinvestimento público e a reificação do lar como o âmbito privilegiado de provisão educacional.

## Caráter transnacional

A CMHNTM possui uma natureza transnacional desde sua origem. Em 2016, no contexto da oposição ao casamento igualitário, ocorreu na Cidade do México a primeira reunião regional de ONGs para criar a Frente Latino-Americana pelo Direito à Vida e à Família, tendo como eixo a rejeição à “ideologia de gênero” (Semana, 2016; López Pacheco, 2021). Participaram organizações da Colômbia, México, El Salvador, Peru e Brasil. Entre as figuras centrais estava a então deputada colombiana Ángela Hernández, do Partido da União pelo Povo, que, após organizar as primeiras marchas com o *slogan* CMHNTM na Colômbia, transmitiu a experiência ao Peru, servindo como um dos detonantes para a criação da campanha naquele país (Martínez Osorio, Castro, 2019).

Como desdobramento, conformou-se em 2017 o Congresso Ibero-Americano pela Vida e pela Família (CIVF), plataforma criada no México por iniciativa dos pastores Aarón Lara e Gilberto Rocha Margaín. Christian Rosas — evangélico peruano, lobista da mineração ilegal (Sarmiento, 2024) e fundador da CMHNTM no Peru — integrou seu comitê consultivo, enquanto sua compatriota Milagros Aguayo, pastora e deputada, assumiu a vice-presidência (Castro, 2019).

O Quarto Congresso do CIVF buscou articular estratégias locais em uma ofensiva continental do movimento conservador e evangélico

para disputar a agenda de direitos, combinando incidência em organismos internacionais, construção de uma plataforma política e parlamentar comum e redes de assistência social cristã, especialmente movimentos juvenis e ONGs. O objetivo era consolidar uma força política regional capaz de contrabalançar a agenda de gênero e os projetos progressistas. Em 2018, o Equador sediou a “Primeira Convenção Internacional pela Família”, que contou com a participação dos argentinos Nicolás Márquez e Agustín Laje (autores de *O Livro Negro da Nova Esquerda*), hoje reconhecidos como ideólogos da “batalha cultural” do governo de Javier Milei (Viteri, 2020, p. 40).

A Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC) é um evento anual, surgido na década de 1970 como parte dos esforços de articulação e construção de uma identidade coletiva do movimento conservador nos Estados Unidos (Parker, 2015), que reúne ativistas e funcionários conservadores, principalmente dos Estados Unidos — frequentado por Donald Trump, Steve Bannon e Ted Cruz. Trata-se de um dos encontros mais importantes do movimento conservador transnacional. Desde 2017, a CPAC impulsionou uma regionalização global, com filiais em países governados por direitas conservadoras e extremas: começou no Japão e, desde 2019, se expandiu para o Brasil, Austrália e Coreia do Sul. Em 2022, teve sede na Hungria, promovida por Viktor Orbán, primeiro-ministro húngaro e referência do ultranacionalismo europeu, junto a Santiago Abascal, líder do partido espanhol de extrema direita Vox.

Na América Latina, durante os últimos anos, a CPAC se consolidou como uma plataforma de articulação da extrema direita e de grupos conservadores, onde circulam presidentes ultradireitistas, representantes das finanças globais, ultracatólicos e líderes evangélicos.

Costumam ter um papel destacado pessoas como Eduardo Bolsonaro, Javier Milei, José Antonio Kast e Nayib Bukele. Com uma agenda abertamente contrária às ideias progressistas, à intervenção estatal, à igualdade e à justiça social, esses espaços funcionam como vitrines regionais para a difusão de discursos que apresentam o feminismo e a chamada “ideologia de gênero” como ameaças à ordem social (Abbott, 2022). Por exemplo, durante a CPAC 2024, o presidente Bukele, de El Salvador, afirmou que “é importante que o currículo escolar não incorpore esta ideologia de gênero”, reforçando uma narrativa que associa esses enfoques a um ataque aos valores tradicionais da família e da religião (Revelo-Imery, 2024; UOL Notícias, 2024).

## Financiamento

Em toda a região, fundos provenientes de setores ultraconservadores dos Estados Unidos e da Europa permitiram que organizações vinculadas à CMHNTM e afins organizassem congressos, capacitações e campanhas midiáticas que fortaleçam sua presença pública.

Entre os financiadores internacionais rastreados, sem pretender uma avaliação exaustiva, está o Population Research Institute (PRI), de inspiração católica, que proclama que sua rede global de grupos “Pro-vida” se encontra presente em 80 países no mundo. Segundo uma reportagem, em 2014 o PRI destinou 174 mil dólares para financiar “atividades de pesquisa e educação” na América do Sul, 75% do total mundial financiado. A mesma reportagem aponta uma série de ONGs e universidades católicas chilenas que têm relações com

lobistas internacionais como Alliance Defending Freedom [Aliança para a Defesa da Liberdade] (ADF), Political Networks for Values, Population Research Institute e Advocates International (Ramírez, 2019). Assim, no Chile, as porta-vozes da CMHNTM e o Ônibus da Liberdade que chegou da Espanha foram financiadas pela organização espanhola HazteOir.org, que coordena a plataforma global de mobilização online CitizenGO (Barrios, 2018), operando em vários países do continente (Datta, 2021, p. 37; CitizenGO).

A ADF atua por meio de financiamento, capacitação, orientação e apoio jurídico a organizações “pró-vida”, tendo investido cerca de 146 milhões de dólares em 2014 na América Latina, Europa e Ásia para a formação de advogados cristãos alinhados ao fundamentalismo (Loza & López, 2020, p. 62; Morán & Defago, 2020, p. 254-255). Christian Rosas (Peru) confirma ter sido capacitado pela ADF (Castro, 2019), e programas como o Blackstone Legal Fellowship, um programa de três meses para jovens advogados cristãos, operam na mesma direção (Sohr *et al.*, 2023).

No Equador, se documentam apoios locais de médias e grandes empresas à CMHNTM: Corporación Favorita, Tía, Centro Comercial Iñaquito (dedicadas ao comércio varejista), Junta de Beneficência de Guayaquil (loteria), Pronaca (alimentos), Novacero (aço para a construção), Guitarras Vogel, HCJB (radiodifusora evangélica) (Burneo Salazar, 2018, p. 65; Viteri, 2020, p. 56-57). Em termos de apoio internacional, contam com o Sodalício de Vida Cristã, também presente na Argentina, Chile e Colômbia, em processo de dissolução desde 2025 (Maher, 2019; Ponce Ycaza & León Cabrera, 2018).



Powerpaola (Ecuador), *Crying [Chorando]*, 2022.

## 4. Projeto de poder

A campanha CMHNTM foi o vetor da politização social que nutriu a “terceira onda de ativismo neoconservador” (Morán Faúndes, 2023) na região contra as agendas feministas e LGBTQ+. Apesar da heterogeneidade desses “ativismos heteropatriarcais”, compartilham a organização em torno de projetos político-partidários, a articulação com a extrema direita e neoliberais que buscam reduzir o público (Biroli, 2018; Kalil, 2020) e a ampliação da articulação internacional.

As redes fundamentalistas articuladas em torno da campanha *Con Mis Hijos No Tè Metas* (CMHNTM) se inscrevem em uma trajetória de longa duração de incidência religiosa e conservadora na arena pública latino-americana. Em países como Brasil e Peru, desde a década de 1980, congressistas vinculados ao fundamentalismo religioso têm promovido iniciativas voltadas a restringir direitos sexuais e reprodutivos e reforçar concepções tradicionais de família, empregando capacidade de *lobby* e intervenção legislativa, particularmente nos campos da educação, saúde e regulação da sexualidade, influenciando de maneira marginal as agendas parlamentares. Essa capacidade de incidência legislativa que vemos se desdobrar atualmente constitui um processo acumulativo que se aprofunda e reconfigura ao longo do tempo.

Na última década, esses ativismos neoconservadores conseguiram não apenas ocupar espaços institucionais, mas também gerar uma maior articulação das estratégias de incidência em torno de uma

agenda comum, claramente identificável e transnacional, na qual a CMHNTM operou como um dos dispositivos de coordenação política e simbólica. Nesse novo ciclo, a ação legislativa se orienta prioritariamente para frear ou reverter os avanços na legalização do aborto, rejeitar os direitos das pessoas das diversidades sexuais, assim como deslegitimar os conteúdos de educação sexual integral e a intervenção estatal em matéria educativa, apresentando-a como uma forma de “doutrinação” estatal e uma ameaça à autoridade parental. Em países como Peru, Equador, Chile e Argentina, a campanha tem sido utilizada para impugnar leis vigentes ou bloquear novas normativas mediante o uso estratégico da linguagem jurídica e dos direitos, especialmente a apelação ao “direito preferencial dos pais” e à defesa da família como núcleo moral da sociedade. Esse discurso teve particular eficácia entre setores populares precarizados, para quem a família aparece como o principal — e às vezes único — espaço de proteção material e simbólica frente à incerteza social (Teixeira, 2016; Pochmann, 2021, 2024). Essa defesa da família heteropatriarcal significou até mesmo a rejeição das políticas estatais para prevenir a violência intrafamiliar.

No Peru, grupos conservadores e a campanha CMHNTM rejeitaram um decreto sobre prevenção de violência familiar porque promovia “famílias democráticas”, criticaram a intervenção estatal no privado e defenderam em seu lugar “a verdadeira família”, argumentando que o termo “democrático” ampliava demais o conceito tradicional de família (Araujo, 2020). No Chile, em 2024, Ingrid Bohn, porta-voz da CMHNTM, se opôs à prevenção da violência de gênero na educação, incluída na lei integral contra a violência às mulheres. Bohn afirmou que “temos visto uma obsessão do Estado

[...] por querer introduzir a matéria de educação sexual desde a mais tenra infância” (León, 2024). No Brasil, o Movimento Escola Sem Partido (ESP) — surgido em 2004 e de características similares à CMHNTM — avançou em 2014 para a institucionalização de sua agenda e desde então apresentou vários projetos de lei para conter a “ideologia de gênero”, acusando escolas e docentes de doutrinação ideológica. Esses projetos de lei previam uma supervisão dos e das professoras das escolas públicas do país para censurar qualquer manifestação expressa sobre preferências ideológicas, políticas e religiosas. Os dois primeiros projetos foram propostos por filhos do ex-presidente ultradireitista Jair Bolsonaro (Garcia & Dias, 2024).

Medidas coercitivas semelhantes às brasileiras ocorrem em El Salvador sob o governo de Nayib Bukele, com a intensificação do combate à “ideologia de gênero”. Em 2022, após protestos conservadores nas redes sociais, o governo determinou a retirada de todos os materiais de Educação Sexual Integral (ESI) e de prevenção à violência de gênero. A censura estendeu-se ao sistema de saúde, com a eliminação de conteúdos sobre diversidade sexual e a modificação de formulários que registravam orientação sexual e identidade de gênero (Revelo-Imery, 2024; AFP, 2024).

Na Argentina, o governo de Javier Milei anunciou, durante 2025, o projeto de Lei de Liberdade Educativa, que será enviado ao Congresso para discussão. Nele, se estabelece o “papel preferencial da família, como agente natural e primário, que possui o direito e o dever de orientar a formação de seus filhos menores” (Art. 4)<sup>7</sup> e auto-

---

7 [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/le\\_de\\_libertad\\_educativa.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/le_de_libertad_educativa.pdf)

riza o ensino em casa — modelo conhecido nos Estados Unidos como *homeschooling*. A família e o mercado assumem um lugar preferencial sobre o Estado em matéria educativa, ficando este relegado a uma função subsidiária: a promoção financeira da demanda e a competição entre instituições para conseguir alunos e recursos. Em vez de financiar as instituições educativas, os fundos públicos seriam direcionados para financiar as famílias dos estudantes para que elas escolham o destino do orçamento.

Outro traço característico desse ciclo — ao lado da radicalização de sua agenda legislativa em direção à reconfiguração da sociedade com base em valores neoconservadores — é a vocação explícita de intervenção político-eleitoral e sua incorporação aos projetos de poder das extremas direitas atuais na América Latina. As estratégias eleitorais desses grupos conservadores e religiosos parecem ter sido mais eficazes quando decidiram construir identidades políticas híbridas — às vezes religiosas, às vezes antigênero — que possam confluir com as diversas expressões políticas de direita do que quando formaram instrumentos próprios para intervir de maneira autônoma na cena eleitoral. Por sua vez, o crescimento da incidência social e ideológica dessas expressões fundamentalistas nutre os projetos neoliberais de uma renovada missão messiânica, agora associado à proteção moral e à restituição da autoridade — e da família — patriarcal.

O caso de Bolsonaro ilustra essa construção identitária: sua conexão com as agendas morais, de gênero e sexualidade, que não apareciam em sua longa trajetória política anterior, o vinculou ao ideário evangélico e foi determinante para conquistar uma parte significativa do voto evangélico em 2018, que tem um rosto específico: o de uma

mulher negra de classe trabalhadora (Balloussier, 2020). Em contraste, no Peru, embora o CMHNTM tenha tido muita força nas ruas e redes sociais, não conseguiu se traduzir em força política nas disputas eleitorais (Cunha, 2020). E na Argentina, resultou infrutífera a incursão eleitoral em 2019 com um instrumento político eleitoral próprio.<sup>8</sup>

Desde 2018, observam-se dinâmicas semelhantes às do Brasil, embora com resultados desiguais, na Argentina, Chile, Equador, Peru e El Salvador, onde essas redes negociam apoios eleitorais, ocupam espaços em listas legislativas, influenciam programas de governo e participam de atos oficiais. No Peru, alguns líderes da campanha CMHNTM negociam com partidos políticos para apoiar candidatos presidenciais em troca de espaço nas listas de candidatos ao parlamento (Motta & Amat y León, 2018, p. 112).

Na Argentina, mesmo que não tenha havido uma estratégia unificada por parte das expressões fundamentalistas nas eleições presidenciais de 2023, a vitória de Javier Milei contou com o apoio e pregação de pastores evangélicos em bairros populares e assumiu como própria a narrativa messiânica típica do campo dos fundamentalismos religiosos. O governo libertário chegou ao poder com um discurso homofóbico, negacionista dos direitos humanos e da

---

8 Em 2019, na Argentina, setores religiosos evangélicos e católicos, organizações seculares “pro-vida”, ex-militares antidemocráticos e ultraconservadores criaram o Frente NOS para competir nas eleições nacionais e provinciais. Apresentou-se como uma alternativa centrada na oposição ao aborto e na defesa da família tradicional frente à “ideologia de gênero” (Ferrucci, 2021). Após um mau desempenho eleitoral — 1,71% dos votos —, seguido por problemas judiciais e disputas internas, dissolveu-se em 2023 (Poder Judicial de la Nación, 2023). <https://drive.google.com/file/d/1sMA5QDR1pda5taVHuNFpWXV2JFCqEHLL/view>

desigualdade social. Assim que assumiu o poder, eliminou o Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidades e o Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI); retirou peso e financiamento das áreas específicas destinadas à promoção dos direitos humanos, igualdade de gênero e atenção a pessoas com deficiência. Nas eleições de 2025, as forças evangélicas fundamentalistas ampliaram sua representação parlamentar, na maioria dos casos como parte da força de *La Libertad Avanza*, o partido de Milei. Após as eleições, o governo apresentou o projeto libertário de reforma neoliberal do sistema educacional, com uma forte influência das ideias fundamentalistas, como já descrevemos.

Algo semelhante acontece no Chile. Nas eleições presidenciais de 2025, os candidatos de direita articularam programas conservadores com agendas antigênero. José Antonio Kast, agora presidente do Chile, defende a família como núcleo fundamental da sociedade e o “direito preferencial dos pais” de educar seus filhos e escolher sua instituição educacional (Kast, 2025, p. 33). Prometeu também fechar o Ministério da Mulher e da Equidade de Gênero (proposta de 2021). Johannes Kaiser, o outro candidato ultraconservador, dedicou uma seção em seu programa: Batalha Cultural para combater a “ideologia de gênero” (Kaiser, 2025, p. 14). Por sua vez, Evelyn Matthei, única candidata mulher de direita, apresentou uma versão menos radical, mas semelhante: devolver às famílias a escolha de projetos educacionais de acordo com seus valores, considerando a família como “núcleo de coesão social” (Matthei, 2025, p. 10), em sintonia com o que foi dito anteriormente. O ativismo neoconservador permeou os diferentes candidatos de direita nos países da região,

embora em alguns países também tenham permeado forças políticas progressistas.

Portanto, a CMHNTM não pode ser compreendida apenas como uma campanha cultural ou moral, mas como um nó de um processo político e da batalha cultural das forças neoconservadoras na busca pela disputa de hegemonia, pela redefinição do papel do Estado — especialmente na educação e nas políticas de gênero — e pela consolidação de uma articulação política entre vários fundamentalismos religiosos e extremas direitas na região. Sua capacidade de adaptação a diferentes contextos nacionais, sua inserção no campo institucional e seu crescente protagonismo eleitoral evidenciam uma ofensiva conservadora que já não se limita a resistir a transformações progressistas, mas que aspira a governar e reordenar estruturalmente o campo político latino-americano.



Maelitha (Argentina), trecho da história em quadrinhos *Mi cuerpo, un bosque [Meu Corpo, uma Floresta]*, Barro Editora, 2019.

Nesta obra, a autora aborda temas como a escolha de gestar, a decisão de dar à luz, a maternidade e a socialização do cuidado.

## Conclusões

Em suma, o ressurgimento das forças conservadoras e da ultradireita não é apenas uma mudança eleitoral, mas uma reconfiguração profunda das disputas pela ordem social. A ofensiva contra as mulheres, as dissidências sexo-genéricas e os feminismos constituem um dispositivo estratégico para restaurar as hierarquias de gênero, raça e classe que sustentam a reorganização autoritária do capitalismo. Longe de ser um conjunto de posições “culturais”, a cruzada antigênero opera como uma tecnologia política de massas, capaz de articular frustrações sociais e ansiedades identitárias produzidas por décadas de neoliberalismo. Ela funciona como o “cimento ideológico” das novas direitas radicalizadas, estabelecendo inimigos internos, deslegitimando conquistas democratizadoras e erodindo as bases institucionais da igualdade.

Após uma década de estagnação econômica na América Latina, o projeto político neoliberal se relança articulado ao ressurgimento das forças conservadoras, e deslinda a responsabilidade de seu próprio fracasso sobre os feminismos e as dissidências sexuais, enquanto atores mobilizados internacionalmente que expressam posições antissistema e que demonstraram eficácia na convocação das novas gerações. Essa renovada cumplicidade do capitalismo em crise e do patriarcado conta com os esforços de organizações transnacionais e constitui um ponto de unidade com um claro protagonismo dos fundamentalismos religiosos que coincidem no objetivo de reclamar o campo da moral e da família conservadoras para si.

Sua ação consegue instalar um clima de polarização social — especialmente via redes sociais — que dificulta a ampliação de direitos, apelando ao medo e à desinformação como ferramentas de mobilização. Dessa forma, une-se aos atores transnacionais na batalha de ideias que não apenas disputam o terreno cultural e religioso, mas também configuram dinâmicas políticas em escala continental contra a igualdade de gênero e os direitos das pessoas das diversidades sexo-genéricas.

O impacto político da agenda antidireitos se manifesta na capacidade de influenciar debates legislativos, em retrocessos institucionais e em processos eleitorais. Conseguiram frear ou desacelerar projetos de lei sobre educação sexual, aborto legal e cotas de gênero. Também dificultaram ou paralisaram políticas educativas inclusivas e obstruíram a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos em diferentes países, incluindo todos os analisados aqui. Influenciaram o desaparecimento ou redução dos orçamentos dos órgãos dedicados aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero. Tiveram incidência na escolha de presidentes, como no caso do Brasil, Argentina, Equador e Costa Rica.

No entanto, a expansão dessas direitas não avança sobre um terreno vazio: encontra uma sociedade atravessada por um ciclo de mobilização feminista que elaborou imaginários políticos construídos em processos de mobilização nas ruas, ampliou linguagens de direitos e instalou uma crítica radical da violência estrutural. A reação conservadora expressa, portanto, o reconhecimento tácito do poder político desses movimentos. Os ataques ao financiamento às políticas de igualdade, a criminalização de identidades e a desarticulação de

redes comunitárias buscam desmontar as infraestruturas sociais da reprodução da vida que os feminismos visibilizaram e fortaleceram.

Assim, a disputa atual joga-se em um terreno mais profundo: a definição do próprio projeto civilizatório. Enquanto as extremas direitas impulsionam uma restauração autoritária — que recentra a família heterossexual, a subordinação de gênero, a destruição do Estado garantista e uma ordem produtiva excludente —, os feminismos do Sul Global — com sua ênfase na reprodução social, na justiça material e na autonomia coletiva — propõem uma reorganização da vida social centrada na vida em oposição à acumulação capitalista. O desfecho dessa confrontação terá efeitos duradouros sobre a capacidade das maiorias de imaginar e construir futuros emancipatórios frente à crise múltipla que atravessamos.

A experiência da campanha *Con Mis Hijos No Te Metas* revela como o controle da educação, da família e dos corpos é funcional ao modelo econômico do hiperimperialismo, que exige individualismo, competição e a naturalização de hierarquias. Esse padrão transcende a América Latina e demanda estudos em todo o Sul Global: como operam essas redes na África, onde leis anti-LGBTIQ+ avançam paralelamente a projetos extrativistas? Como se replicam na Ásia, onde retrocessos em direitos reprodutivos dialogam com a precarização laboral e roubo territorial? Que estratégias empregam as juventudes do Sul Global que crescem em contextos de promessas não cumpridas e crise climática, para resistir a essa captura de seus futuros?

Mapear essas interseções é fundamental: a batalha pelos direitos das mulheres e das dissidências sexo-genéricas é inseparável das lutas anti-imperialistas, anticapitalistas e anticoloniais. Este dossiê é um convite para aprofundar essas conexões globais, a investigar como o capitalismo contemporâneo insiste nessas cruzadas morais em diferentes geografias e a construir respostas coletivas a partir dos movimentos populares em defesa da dignidade, da autonomia e da vida plena.





## **ASAMBLEA ANTIFASCISTA LGBTIQ+**

Patricio Oliver (Argentina), cartaz da Marcha Federal do Orgulho Antifascista, Antirracista, LGTBIQA+, 2025.

## Referências

ABBOTT, Jeff. “The Other Americans: CPAC Comes to Latin America”. The Progressive Magazine, 2022, 23 nov. Disponível em: <https://progressive.org/latest/other-americans-cpac-comes-to-latin-america-abbott-231122/>

AGENCE FRANCE-PRESSE. “Organizações LGBTQIA+ exigem lei de identidade de gênero em El Salvador”. 2024, 17 maio. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/05/17/organizacoes-lgbtqia-exigem-lei-de-identidade-de-genero-em-el-salvador.htm?cmpid=copiaecola>

ANDÚJAR, Andrea. Mujeres piqueteras: la repolitización de los espacios de resistencia en la Argentina (1996-2001). Clacso, 2005. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/semi/2005/poder/andujar.pdf>

ANZORENA, Claudia. Mujeres en la trama del estado. Una lectura feminista de las políticas públicas. Mendoza: Ediunc, 2013.

ARAUJO, Viviane. “Não se meta com meus filhos: gênero, família e discurso conservador na crise democrática latino-americana”. Revista Transversos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/50331/33221>

BALLOUSSIER, Anna Virginia. “Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha”. Folha de S.Paulo, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>

BANGO, Julio; Patricia COSANI; Viviana PIÑEIRO. Rumo à construção de sistemas integrais de cuidados na América Latina e no Caribe: elementos para sua implementação. CEPAL, ONU Mujeres. 2021. Disponível em: [https://lac.unwomen.org/sites/default/files/2023-01/rumo\\_construcao\\_sistemas\\_integrais\\_cuidados.pdf](https://lac.unwomen.org/sites/default/files/2023-01/rumo_construcao_sistemas_integrais_cuidados.pdf)

BARRERA RIVERA, Dan Abner. “Apuntes del surgimiento del fundamentalismo religioso en Centroamérica y su relación con los derechos humanos”. Revista Latinoamericana de Derechos Humanos, San José, v. 35, n. 1, 2024, p. 19-33. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/derechoshumanos/article/view/19256>

BARRIOS, Alondra. “CitizenGo: Cuál es el rol de la ONG del ‘Bus de la Libertad’ que ahora protestará ante la OEA”. EMOL, 2 jun. 2018. Disponible em: <https://www.emol.com/noticias/Internacional/2018/06/02/908416/CitizenGo-Cual-es-el-rol-de-la-organizacion-responsable-del-Bus-de-la-Libertad.html>

BASCUAS, Maisa; BARÓN, Camila. “Nexos entre demandas, definiciones y financiamiento: un análisis comparado de las propuestas de sistemas de cuidados en Argentina, Colombia y Chile”. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/ Panamá: CLACSO/ONU MUJERES, 2025. Disponible em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/253213/1/InformeONU-Nexos.pdf>

BBC. “Elecciones en Costa Rica: el candidato oficialista Carlos Alvarado Quesada gana la presidencia en comicios marcados por debates sobre la religión y el matrimonio igualitario”. 2 abr. 2018. Disponible em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43609207>

BERMÚDEZ, Álvaro. “El Salvador: Religión e Identidad Política”. In: José Luis Pérez Guadalupe y Sebastián Grundberger (eds.) *Evangélicos y poder en América Latina*. Lima: Konrad Adenauer Stiftung e Instituto de Estudios Social Cristianos. 2018, p. 283-316. Disponible em: <https://www.kas.de/documents/269552/0/Evang%C3%A9licos+y+Poder+en+Am%C3%A9rica+Latina%2C+1era.+Edici%C3%B3n.pdf/e6c0dfac-bbe0-ca5c-8552-6ea4d4971183?version=1.0&ct=1614902171236>

BIROLI, Flávia. *Família: Novos Conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponible em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf>

BIROLI, Flávia. “Reação conservadora, democracia e conhecimento”, *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 1, 2018, p. 83-94.

BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David. *¡Habemus género!* La Iglesia Católica y ideología de género. Textos seleccionados. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, 2018. Disponible em: <https://sxpolitics.org/spwprojects/gpal/uploads/ebook-2018-17122018.pdf>

BURNEO SALAZAR, Cristina. “Ecuador: La fabricación de la ‘ideología de género’”. In: GONZÁLEZ VÉLEZ, Ana Cristina et al. *Develando la retórica del miedo de los fundamentalismos. La Campaña “Con Mis Hijos No Te Metas” en Colombia, Ecuador y Perú*. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, 2018.

CARREÑO, Víctor H.; RIVAS, Diego. “Elecciones 2023: Las propuestas LGBTIQ+, relegadas de los discursos de campaña”. Edición Ciento

Once. 12 out. 2023. Disponível em: <https://edicion111.com/2023/10/12/elecciones-2023-las-propuestas-lgbtqi-relegadas-de-los-discursos-de-Campana/>

CASTRO, Jonathan. “La alianza internacional de conservadores”. Transnacionales de la Fe. 12 ago. 2019. Disponível em: <https://lamalafe.lat/2019/08/14/la-alianza-internacional-de-conservadores/>

CAVALCANTE, David. El Salvador refém do bukélismo: a nova extrema direita centro-americana. Esquerda Online. 10 mar. 2024. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2024/03/10/el-salvador-refem-do-bukelismo-a-nova-extrema-direita-centro-americana/>

CEPAL. La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y la Agenda Regional de Género en América Latina y el Caribe: indicadores de género a 2024. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2024. Disponível em: <https://oig.cepal.org/es/documentos/la-agenda-2030-desarrollo-sostenible-la-agenda-regional-genero-america-latina-caribe-0>

CEPALSTAT — Portal de datos y publicaciones estadísticas. Población de 20 a 24 años con secundaria completa por sexo y área. Disponível em: [https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator\\_id=2119&area\\_id=2548&lang=es](https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=2119&area_id=2548&lang=es)

CORRÊA, Sonia. “A política do gênero : um comentário genealógico”. Cadernos Pagu 53, Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero — PAGU, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrq/?lang=pt>

CUNHA, Magali do Nascimento. A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CUNHA, Magali do Nascimento. Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação. Fórum Ecumênico ACT Sul-Americano. Salvador: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2020. Disponível em <https://kn.org.br/wp-content/uploads/2020/10/FundamentalismosPT-1.pdf>

CUNHA, Magali do Nascimento. “Para além de uma estratégia eleitoral: as fake news na pauta dos poderes da República — Parte 1: O fenômeno da desinformação – uma introdução”. Religião e Poder. 3 dez. 2021. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/para-alem-de-uma-estrategia-eleitoral-as-fake-news-na-pauta-dos-poderes-da-republica/>

CUNHA, Magali do Nascimento. “Desinformação como estratégia de campanha eleitoral O caso das eleições municipais de 2020”. In: REIS, Livia; OWSIANY; CUNHA, Laryssa Magali e PESTANA, Matheus (eds.). O que aprendemos ao pesquisar religião e eleições? Rio de Janeiro: ISER, 2024. Disponível em: [https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/02/O-que-aprendemos-pesquisando-religiao-e-eleicoes\\_PDF.pdf](https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/02/O-que-aprendemos-pesquisando-religiao-e-eleicoes_PDF.pdf)

CUNNINGHAM, Loren. “Transcript of Interview of Loren Cunningham on Original 7 Mountains Vision”, 19 nov. 2007. Disponível em: <https://archive.is/e9zT6>

DATTA, Neil. Tip of the Iceberg. Religious Extremist Funders against Human Rights for Sexuality and Reproductive Health in Europe 2009-2018. Brussels: European Parliamentary Forum for Sexual and Reproductive Rights, 2021. Disponível em: <https://www.epfweb.org/sites/default/files/2021-06/Tip%20of%20the%20Iceberg%20June%202021%20Final.pdf>

DIPP, Andrea. Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRUCCI, Verónica. “Un pastor evangélico — y sus banderas antiderechos — en la legislatura cordobesa”. La Tinta, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://latinta.com.ar/2021/03/02/pastor-evangelico-antiderechos-legislatura/>

FRASER, Nancy. A crise do cuidado vista a fundo. São Paulo: Editora Elefante, 2023. Disponível em: <https://editoraelefante.com.br/nancy-fraser-a-crise-do-cuidado-vista-a-fundo/>.

GAGO, Verónica. La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo. Madrid: Traficantes. de Sueños, 2019. Disponível em: [https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS\\_map55\\_La%20potencia%20feminista\\_web.pdf](https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS_map55_La%20potencia%20feminista_web.pdf)

GARCIA, Miliandre; DIAS, Jennifer. “O movimento Escola sem Partido: entre o controle político da atividade docente e as tentativas inconstitucionais de retomada da censura”. Revista Brasileira de Educação, v. 29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290055>

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. Cadernos de Pesquisa. Fundación Carlos Chagas, 13 dez. 2007.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWO/abstract/?lang=pt>

INFOBAE. “Rafael Correa rechaza la ‘absurda’ y ‘peligrosísima’ ideología de género”. 3 jan. 2024. Disponível em: <https://www.infobae.com/2014/01/03/1534727-rafael-correa-rechaza-la-absurda-y-peligrosisima-ideologia-genero/>

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Fundamentalismo e imperialismo na América Latina: Ações e resistências. Dossiê n. 59, dez. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-59-fundamentalismo-religioso-e-imperialismo-latinoamerica/>

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. O avanço do neofascismo e os desafios da esquerda na América Latina. Dossiê 79, 13 ago. 2024a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-neofascismo-americalatina/>

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Diez tesis sobre la extrema derecha actual. Carta semanal 33 (2024). 15 de agosto de 2024b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/es/newsletterissue/diez-tesis-sobre-la-extrema-derecha-de-un-tipo-especial/>

KAISER, Johannes. “Programa de Gobierno 2026-2030 Defiende la verdad. Johannes Kaiser. Partido Nacional Libertario”, 2025. Disponível em: <https://johanneskaiser.cl/2025/08/22/kaiser-se-la-juega-un-programa-que-incomoda-a-la-izquierda-y-a-la-derecha/>

CAST, José Antonio. “La fuerza del cambio. Bases programáticas de la candidatura de José Antonio Kast para Chile”. ago. 2025. Disponível em: [https://kast.cl/wp-content/uploads/2025/08/Programa\\_Jose\\_Antonio\\_Kast\\_R.pdf](https://kast.cl/wp-content/uploads/2025/08/Programa_Jose_Antonio_Kast_R.pdf)

KATZ, Claudio. América Latina na encruzilhada global. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

KALIL, Isabela. “Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro”, em SANTANA, Ailynn Torres (ed.): Derechos en riesgo en América Latina. 11 estudios sobre grupos neoconservadores. Quito, Ediciones desde Abajo, 2020, p. 35-53. Disponível em: <https://sxpolitics.org/wp-content/uploads/sites/3/2020/12/DerechosEnRiesgoenAmericaLatina.pdf>

LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LATINOBARÓMETRO. Informe 2024. Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile, 2024. Disponible en: <https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2024>

LEÓN, Pilar. “Defensoría de la Niñez defiende educación no sexista ante el TC: ‘No restringe el derecho de los padres de educar’”. DiarioUCHile, 26 mar. 2024. Disponible en: <https://radio.uchile.cl/2024/03/26/defensoria-de-la-ninez-defiende-educacion-no-sexista-ante-el-tc-no-restringe-el-derecho-de-los-padres-de-educar/>

LÓPEZ PACHECO, Jairo Antonio. “La (re)irrupción del discurso de la ‘ideología de género’ en América Latina. Protestas, atención del público y respuestas gubernamentales”. Estudios Políticos (Universidad de Antioquia), n. 60, jan./abr. 2021, p. 145-177.

LOZA, Jorgelina; LÓPEZ, Magdalena. “Representaciones y repertorios de expresiones conservadoras organizadas contra el aborto en Argentina (2018-2020)”. In: SANTANA, Ailynn Torres (ed.). Derechos en riesgo en América Latina. 11 estudios sobre grupos neoconservadores. Quito: Fundación Rosa Luxemburg / Ediciones Desde Abajo, 2020, p. 55-74.

MAHER, Mónica. (org.). Fundamentalismos religiosos, derechos y democracia. Quito: FLACSO Ecuador, 2019.

MARTÍNEZ BETERETTE, Wilma María. Con mis hijos no te metas: Disputas y tensiones en torno a la implementación de la ESI”. Dissertação de mestrado, Universidad Nacional de San Martín. Buenos Aires, 2021.

MARTÍNEZ OSORIO, Margarita. “¡Con mis hijos no te metas: no a la ideología de género!”. De Justicia. 15 maio 2017. Disponible en: <https://www.dejusticia.org/con-mis-hijos-no-te-metas-no-a-la-ideologia-de-genero/>

MATTHEI, Evelyn. “Bases programáticas de la candidatura presidencial de Evelyn Matthei”, 2025. Disponible en: [https://centrocompetencia.com/wp-content/uploads/2025/09/Programa\\_Evelyn\\_Matthei\\_2025.pdf](https://centrocompetencia.com/wp-content/uploads/2025/09/Programa_Evelyn_Matthei_2025.pdf)

MELÉNDEZ-SÁNCHEZ, Manuel. La ultraderecha en El Salvador: El peculiar caso de Nayib Bukele. Santiago de Chile: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2023. Disponible en: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/20675.pdf>

MENESES, Daniela. “Con Mis Hijos No Te Metas: un estudio de discurso y poder en un grupo de Facebook peruano opuesto a la ideología de género”. Anthropologica, v. 37, n. 42, p. 129-154, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.18800/anthropologica.201901.006>

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DO EQUADOR. Currículo de los niveles de educación obligatoria 2016. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2016/03/Curriculo1.pdf>

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DO EQUADOR. Currículo priorizado de Educación General Básica 2025. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2025/08/Curriculo-Priorizado-EGB-Media.pdf>

MORÁN FAÚNDES, José Manuel; DEFAGO, María Angélica Peñas. “Una mirada regional de las articulaciones neoconservadoras”. In: SANTANA, Ailynn Torres (ed.). Derechos en riesgo en América Latina. 11 estudios sobre grupos neoconservadores. Quito: Fundación Rosa Luxemburg/Ediciones Desde Abajo, 2020, p. 241-270.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel. “La tercera ola neoconservadora en Latinoamérica: ofensivas contra los derechos sexuales y reproductivos”. Iztapalapa Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, n. 95, ano 44, jul./dez., 2023, p. 349-376

MOTTA, Angélica; AMAT Y LEÓN, Oscar. “Perú: ‘Ideología de género’: fundamentalismos y retóricas de miedo”. In: VÉLEZ, Ana González; CASTRO, Laura; SALAZAR, Cristina Burneo; MOTTA, Angélica; AMAT Y LEÓN, Oscar. Develando la retórica del miedo de los fundamentalismos. La Campaña “Con Mis Hijos No Te Metas” en Colombia, Ecuador y Perú. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, 2018. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur-afm.org/wp-content/uploads/2018/12/Develando-la-Ret%C3%B3rica-del-Miedo-de-los-Fundamentalismos.pdf>

NASCIMENTO, Gilberto. “Profetas do Império. Pregadores evangélicos dos EUA invadem o Brasil com a receita que elegeu Trump”. Intercept Brasil. 9 out. 2025. Disponível em: [https://www.intercept.com.br/2025/10/09/pregadores-evangelicos-eua-invadem-brasil/?utm\\_medium=email&utm\\_campaign=354\\_-\\_botando\\_a\\_casa\\_em\\_ordem&utm\\_source=RD+Station](https://www.intercept.com.br/2025/10/09/pregadores-evangelicos-eua-invadem-brasil/?utm_medium=email&utm_campaign=354_-_botando_a_casa_em_ordem&utm_source=RD+Station)

NÁJERA, Gerson. “Rescatando valores: la caminata en contra de la ‘ideología de género’ en El Salvador”. Revista FACTUM, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://www.revistafactum.com/rescatando-valores-la-caminata-en-contra-de-la-ideologia-de-genero-en-el-salvador/>

OUVIÑA, Hernán; REY, Mabel Thwaites. “El ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina: auge y fractura”. In: Estados en disputa. Auge

y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina. Buenos Aires: El Colectivo, 2019.

OUVIÑA, Hernán. “Estado, impugnación neoliberal y revueltas populares en América Latina”. En: Conflicto Social. Revista del Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, v. 15, n. 28. Buenos Aires, jul./dez. 2022, p. 7-36.

PARKER, Daniel. CPAC: The origins and the role of the conference in the expansion and consolidation of the conservative movement, 1974-1980. Tese de doutorado em Ciência Política, University of Pennsylvania. 2025. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/server/api/core/bitstreams/ef9d7cd8-554f-4a62-86b9-00023e68d1bf/content>

PÉREZ GUADALUPE, José Luis. “Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana”. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24396\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24396_arquivo.pdf)

PÉREZ GUADALUPE, José Luis; GRUNDBERGER, Sebastián (eds.). Evangélicos y poder en América Latina. Lima: Konrad Adenauer Stiftung e Instituto de Estudios Social Cristianos, 2018. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/269552/0/Evang%C3%A9licos+y+Poder+en+Am%C3%A9rica+Latina%2C+1era.+Edici%C3%B3n.pdf/e6c0dfac-bbe0-ca5c-8552-6ea4d4971183?version=1.0&t=1614902171236>

PINA, Rute. “Do México ao Uruguai, campanha contra ‘ideologia de gênero’ mobiliza conservadores”. Brasil de Fato. 1 dez. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/29/do-mexico-ao-uruguai-campanha-contrai-deologia-de-genero-mobiliza-conservadores/>

POCHMANN, Márcio. O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira. São Paulo: Sesc, 2021.

POCHMANN, Márcio. “Exclusão social no neoliberalismo abre caminho ao crime organizado e ao extremismo religioso, avalia Márcio Pochmann”. Brasil de Fato. 21 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/21/exclusao-social-no-neoliberalismo-abre-caminho-ao-crimeorganizado-e-ao-extremismo-religioso-avalia-marcio-pochmann>

PONCE YCAZA, Isabela; CABRERA, José María León. “Una decena de acusaciones de abuso sexual en una iglesia católica de Guayaquil

sigue sin resolverse”. GK. 9 maio 2018. Disponível em: <https://gk.city/casos-abuso-sexual-en-iglesia-catolica-de-guayaquil-sacerdote/>

RAMÍREZ, Pedro. “Radiografía a la red que impulsa la arremetida política de los evangélicos en Chile”. CiperChile. 22 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ciperchile.cl/2019/07/22/radiografia-a-la-red-que-impulsa-la-arremetida-politica-de-los-evangelicos-en-chile/#:~:text=El%20nacimiento%20del%20Congreso%20Hemisf%C3%A9rico,que%20tienen%20nexos%20con%20Chile>

REVELO-IMERY, María. El gobierno salvadoreño intensifica su lucha contra la ideología de género. Equality Caucus, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://equalitycaucus.org/es/noticias/articulos/el-gobierno-salvadoreo-intensifica-su-lucha-contra-la-ideologia-de-genero>

ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; MORENO, Tomás Arriaza; TANSCHKEIT, Talita. Actitudes antifeministas en América Latina. Santiago: Fundación Friedrich Ebert en Chile, abril 2025. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/21989.pdf>

SAFA, Helen I. “Mudanças nos papéis de gênero na América Latina e no Caribe”. Cadernos de Estudos Sociais, Salvador, v. 16, p. 7-30, jan./jun. 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18813/12183>

SAFFIOTI, Heleieth. Mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SARMIENTO, Jair. “El profeta de los mineros”, Wayka, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://wayka.pe/christian-rosas-asesor-de-mineros-contacto-a-congresistas-que-impulsaron-ley-a-favor-de-mineria-ilegal/>

SEMANA. “Proponen frente latinoamericano contra la ideología de género”. 13 set. 2016. Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/frente-latinoamericano-a-favor-de-la-familia-y-contra-la-ideologia-de-genero/493623/>

SOHR, Olivia; Paula Martinetti; FERNÁNDEZ, Pablo. (Chequeado — Argentina); CHITIVA, María José; ARBÉLAEZ, Natalia (La Silla Vacía — Colombia); DINIZ, Iara (Lupa — Brasil); LONGO María José; QUINTELA, Carmen (Ocote — Guatemala); DÍAZ, Carla (OjoPúblico — Peru). “Como grupos internacionales se articulan para disseminar desinformación sobre género na América Latina”. Lupa Jornalismo (UOL). 29 jun. 2023. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/06/29/como-grupos-internacionais-se-articulan-para-disseminar-desinformacao-sobre-genero-na-america-latina>

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. A Mulher Universal: corpo gênero e a pedagogia da prosperidade. Rio de Janeiro: Mar de ideias — Navegação Cultural, 2016.

TRANS MURDER MONITORING 2024. Disponível em: <https://www.tgeu.org/trans-murder-monitoring/>

UOL NOTÍCIAS. “Cruzada de Bukele contra ideologia de gênero ameaça aumentar intolerância em El Salvador”. 1 mar. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/03/01/cruzada-de-bukele-contra-ideologia-de-genero-ameaca-aumentar-intolerancia-en-el-salvador.htm>

VEGA, Cristina. “¿Quién teme al feminismo? A propósito de la ‘ideología de género’ y otras monstruosidades sexuales en Ecuador y América Latina”. Sin Permiso, 8 dez. 2017. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/quien-teme-al-feminismo-a-proposito-de-la-ideologia-de-genero-y-otras-monstruosidades-sexuales-en>

VEGA, Cristina. “Neoconservadurismo, progresismo y reinención de las derechas mediante la ofensiva antigénero. Notas desde Ecuador”. Revista Común, 4 dez. 2020.

VEGA, Cristina. Vida, familia y libertad. La reacción patriarcal contra el género en Ecuador. Quito: FLACSO Ecuador y Ediciones Abya-Yala, 2025.

VISTAZO. “Segunda vuelta Ecuador 2025: Daniel Noboa y Luisa González meten la ‘ideología de género’ en la Campaña”. 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.vistazo.com/politica/elecciones-ecuador-2025/2025-03-11-segunda-vuelta-ecuador-daniel-noboa-luisa-gonzalez-rechazan-ideologia-genero-FM8943016>

VITERI, María Amelia. Políticas antigénero en América Latina: Ecuador — La instrumentalización de la ideología de género. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/spwprojects/gpal/uploads/Ebook-Ecuador-20200204.pdf>

VIVEROS VIGOYA, Mara; RONDÓN, Manuel Rodríguez. Dossier “Hacer y deshacer la ideología de género”. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana. n. 27, dez. 2017, p. 118-127.

VOGEL, Lise. Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2022.

## Páginas na internet e redes sociais

Blackstone Legal Fellowship

<https://blackstonelegalfellowship.org/what-is-blackstone/>

CitizenGo

<https://help.citizenngo.org/article/906-about-us#second>

Con mis hijos no te metas (Argentina)

<https://www.facebook.com/ConMisHijosNoTeMetasArgentinaOK>

Con mis hijos no te metas (Chile)

<https://www.conmishijosnotemetas.cl/nosotros-nueva>

Consejo de Resistencia Fe, Vida y Familia (Ecuador)

<https://www.facebook.com/ConsejoFEVIDAYFAMILIA>

Frente Nacional por la Familia (Ecuador)

<https://www.facebook.com/FrentePorLaFamiliaEC>

Con mis hijos no te metas (Ecuador)

[https://www.facebook.com/conmishijosnotemetasec/?locale=he\\_IL](https://www.facebook.com/conmishijosnotemetasec/?locale=he_IL)

Con mis hijos no te metas (El Salvador)

<https://www.facebook.com/Conmishijosnotemetaselsalvadorsv>

Perfiles de Cristian Rosas (Peru)

<https://www.facebook.com/crosas89>

<https://christianrosas.pe/quien-soy/>



Atribuição-NãoComercial 4.0  
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
*é uma instituição internacional, organizada por  
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual  
para o serviço das aspirações do povo.*

[www.otricontinental.org](http://www.otricontinental.org)

Instituto Tricontinental de Investigación Social  
*es una institución promovida por los movimientos,  
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de  
las aspiraciones del pueblo.*

[www.eltricontinental.org](http://www.eltricontinental.org)

Tricontinental: Institute for Social Research  
*is an international, movement-driven institution  
focused on stimulating intellectual debate that serves  
people's aspirations.*

[www.thetricontinental.org](http://www.thetricontinental.org)